

REVISTA DA ADEPAR

Revista da Associação das Defensoras Públicas e Defensores Públicos do Estado do Paraná

JUNHO | 2023 | EDIÇÃO 2



MAIS ACESSO À JUSTIÇA

Novas defensoras e defensores públicos do Paraná tomam posse. Aumento da categoria garante serviço mais qualificado e melhoria da assistência jurídica gratuita à população do interior do Estado



ADEPAR



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CIDADÃ
PLURAL
DEMOCRÁTICA
E EM EXPANSÃO

**30 comarcas e 74 municípios
paranaenses atendidos em 2023**

índice

Página 4 | **Expediente e diretoria**

Página 5 | **Palavra da presidência**

Página 6 | **Relatório - A defesa da classe e de suas prerrogativas**

Página 8 | **Seminário debateu papel das instituições no cenário eleitoral**

Página 10 | **ADEPAR em ação**

Página 14 | **Presidenta da Anadep, Rivana Ricarte, fala sobre os desafios da classe**

Página 16 | **Defensoria rumo ao interior**

Página 20 | **+ Acesso à Justiça (CAPA)**

Página 24 | **Assentamento Contestado recebeu Posse Popular dos novos defensores**

Página 26 | **A evolução da Defensoria Pública do PR: uma jornada em busca da justiça social**

Página 30 | **Campanha nacional trata de direitos de pessoas com deficiência**

Página 32 | **Discurso de posse da defensora pública Marisa Fonseca Barbosa**

Página 34 | **ADEPAR nas sedes do interior**

Página 36 | **ADEPAR no legislativo**

Página 38 | **Campanha Permanente Contra a Violência Institucional de Gênero**

Página 40 | **Curso de Defensores Populares chega a sua quinta edição**

Página 42 | **ADEPAR Social**

Página 43 | **PR tem duas representantes na diretoria da ANADEP**

Página 44 | **Campanha recolhe relatos de violência de gênero sofrida por defensoras**

expediente e diretoria

A **Revista ADEPAR** é uma publicação da Associação das Defensoras Públicas e dos Defensores Públicos do Estado do Paraná – ADEPAR.

GESTÃO 2021-2023

CONTEÚDO

Assessoria de comunicação ADEPAR
Jornalista Responsável
Diogo Dreyer da Silva
imprensa@adepar.com.br

DESIGN

Foto da capa
Carlos Costa
Projeto Gráfico e Diagramação
In Orbits Comunicação
contato@inorbita.com.br

IMPRESSÃO

Maxi Gráfica e Editora Ltda
Tiragem 500 unidades

Saiba mais sobre o trabalho desenvolvido pela ADEPAR:



www.adepar.com.br



[@adeparpr](https://www.instagram.com/adeparpr)



Av. Pres. Getúlio Vargas, 2574 – Água Verde
CEP 80240-040
Curitiba – PR



diretoria@adepar.com.br

Jeniffer Beltramin Scheffer
PRESIDENTA

Dezidério Machado Lima
VICE-PRESIDENTE

Renata Tsukada
DIRETORA FINANCEIRA

Luciana Tramuja Azevedo Bueno
DIRETORA FINANCEIRA

Vinicius Santos de Santana
DIRETOR JURÍDICO

Camille Vieira da Costa
**DIRETORA DE ASSUNTOS
LEGISLATIVOS**

Vania Maria Forlin Sesto
**DIRETORA DE PREVIDÊNCIA
E CONVÊNIOS**

Leonardo de Aguiar Silveira
DIRETOR DE ASSUNTOS DO INTERIOR

Caroline Nogueira Teixeira de Menezes
DIRETORA SOCIAL CULTURAL

Andrea da Gama e Silva Volpe
Moreira de Moraes
**DIRETORA DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO**



Palavra da presidência

A diretoria da ADEPAR tem o prazer de apresentar a 2ª edição da revista da associação.

Esta edição é fruto do trabalho de defensoras e defensores públicos do estado do Paraná inteiro, que levam à população um atendimento jurídico de qualidade e com muita dedicação.

Passada a pandemia da Covid19, defensoras e defensores públicos voltaram ao trabalho presencial, e se depararam com um grande aumento nas demandas da população mais carente do estado. Para acompanhar este aumento e garantir que mais pessoas sejam atendidas e tenham seus direitos garantidos, a Defensoria Pública do Estado do Paraná aumentou o número de defensoras e defensores públicos no ano de 2023 de 104 para 146, em menos de 6 meses, um aumento de mais de 40 por cento nos seus quadros, o que representou também um aumento no número de comarcas do Estado do Paraná atendidas pelo órgão, de 18 para 30.

Contudo, este número ainda é insuficiente para atender o estado todo, sendo necessário e prioritário o fortalecimento da instituição, eis que, além de atendimento jurídico em casos individuais, defensores e defensoras públicas atuam em diversas frentes de garantias de direitos, com projetos desenvolvidos por toda equipe da defensoria pública, que alcançam resultados práticos na vida de toda a comunidade. Com objetivo de dar publicidade a estes projetos, a ADEPAR lançou a série de reportagens “Defensores/as em ação”, cujos principais incluímos aqui para você, leitor, conhecer de perto a atuação de servidores/as e defensores/as.

Além do atendimento às demandas individuais da população mais vulnerável do estado, a Defensoria Pública do Paraná conta com núcleos temáticos de direitos, cujo objetivo principal é a garantia de direitos difusos e coletivos. Para trazer luz à atuação destes núcleos, e dar publicidade às suas conquistas, conversamos com os defensores e defensoras públicas que coordenam cada um deles, e trouxemos para você, leitor, um breve resumo do que eles fizeram nos últimos anos.

Ademais, trouxemos para o conhecimento do leitor todo o processo político de criação da defensoria pública do Estado do Paraná, com entrevistas dos principais atores políticos e governamentais responsáveis pelo nascimento do órgão, que apesar de ser

uma das últimas defensorias estaduais a ser estruturada, hoje contabiliza milhares de atendimentos por ano, e muitas vidas transformadas pela garantia efetiva de seus direitos.

Com objetivo de fortalecer a luta contra o machismo institucional, a nossa diretoria de assuntos legislativos, Camille Vieira da Costa, nos conta um pouco sobre a Campanha Permanente Contra a Violência Institucional de Gênero, um espaço permanente de conscientização, acolhimento e denúncia de práticas que possam configurar violência institucional e política de gênero dentro das Defensorias Públicas do Brasil contra defensoras públicas.

A ADEPAR, além de ser uma entidade de classe, que defende os interesses de defensoras e defensores públicos do Paraná, atua em outras frentes como a realização de campanhas de fortalecimento de direitos dos mais vulneráveis, eventos de conscientização para população em geral e educação em direitos. Neste sentido, apoiamos o Curso de Defensores Populares desde 2017, estamos auxiliando com a alimentação dos alunos, cujo objetivo é formar pessoas mais engajadas e conscientes dos direitos e dos deveres dos cidadãos e mais atentas ao papel da justiça na construção de uma sociedade mais justa. Organizamos e realizamos, juntamente com a APMP - Associação Paranaense do Ministério Público e Seminário “Eleições e Democracia: O Papel das Instituições”, em parceria com a Ouvidoria-Externa da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) e Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), o evento teve 4 painéis temáticos e contou com a participação de importantes atores do sistema de justiça que compõem instituições de manutenção da democracia, bem como jornalistas que representaram a mídia.

Assim, esperamos que você, leitor, conheça, através das palavras e imagens que trazemos pra você nesta 2ª Edição da Revista da Adepar, um pouco mais da atuação da nossa associação e de defensores e defensoras públicas do Estado do Paraná, que trabalham com afinco e muita dedicação em prol da população paranaense!

Boa leitura! ■

JENIFFER SCHEFFER
Presidenta da ADEPAR

A DEFESA DA CLASSE E DE SUAS PRERROGATIVAS

A ADEPAR tem se destacado como uma entidade comprometida com a defesa das prerrogativas e o fortalecimento da Defensoria Pública. Através de ações como o acompanhamento de processos relevantes, a publicização dos números de atendimentos, a articulação com o poder legislativo e a construção de uma relação de confiança com a Administração Superior, a associação tem contribuído para o avanço da defensoria e a garantia do acesso à justiça para todos os cidadãos paranaenses. A ADEPAR reafirma seu compromisso em defender os direitos da classe defensora e promover a justiça social.

A atual gestão da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Paraná (ADEPAR) tem desempenhado um papel fundamental na defesa das prerrogativas e no fortalecimento da Defensoria Pública. Neste artigo, destacaremos as principais ações e avanços realizados pela ADEPAR, abordando tópicos como a criação da diretoria de Defesa de Prerrogativas, o acompanhamento da ADI 6852, a publicização dos números de atendimentos e a qualidade do serviço da Defensoria Pública, a articulação com o poder legislativo e a construção de uma relação de confiança com a Administração Superior da DPPR.

Diretoria de Defesa de Prerrogativas:

A ADEPAR analisou a viabilidade de criar a diretoria de Defesa de Prerrogativas e concluiu que, no momento, não seria necessário devido ao canal direto de comunicação com a Administração Superior e ao acompanhamento da Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública do Paraná. No entanto, a associação reitera o compromisso de criar a diretoria, caso haja necessidade futura. Além disso, a ADEPAR estabeleceu uma linha telefônica exclusiva para facilitar o contato e o encaminhamento de demandas.

Acompanhamento da ADI 6852:

A ADEPAR tem participado ativamente das reuniões da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), onde são discutidas as ações em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). Em especial, a ADI 6852, que questionava a prerrogativa da Defensoria Pública de requisitar informações e documentos de forma compulsória,





A ADEPAR se orgulha de ter contribuído para o avanço da Defensoria no Paraná e na garantia do acesso à justiça, reafirmando seu compromisso em defender os direitos da classe e promover a justiça social.

JENIFFER SCHEFFER
Presidenta da ADEPAR

foi acompanhada de perto pela ADEPAR. O julgamento resultou na improcedência da ADI, restabelecendo a segurança e a garantia constitucional do direito de requisição.

Publicização dos números de atendimentos e qualidade do serviço:

Com a implementação do sistema SOLAR e a organização do site da Defensoria Pública, a ADEPAR considerou desnecessário criar outro mecanismo de divulgação dos números de atendimentos. No entanto, a associação deu continuidade à série “Defensores/as em Ação”, publicando projetos de defensoras e defensores nas redes sociais e no site da ADEPAR. Além disso, em parceria com a Ouvidoria-Externa da DPPR, a ASSEDEPAR e a Administração Superior, foi criado o Prêmio Cidadania e Justiça, visando reconhecer trabalhos relevantes realizados por membros e órgãos da Defensoria Pública.

Articulação com o poder legislativo:

A ADEPAR realizou diversas reuniões no legislativo estadual e federal, em conjunto com a ANADEP e presidentes de associações estaduais. Foram realizados encontros no Senado Federal para tratar da inclusão da Defensoria Pública na PEC 63/2013, visando instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço. Além disso, a associação promoveu encontros com deputados estaduais ao longo do ano, divulgados nas redes sociais e no site da ADEPAR. Uma celebração na Assembleia Legislativa do Estado homenageou as defensoras e defensores públicos, fortalecendo os laços com o legislativo paranaense.

Relação de confiança com a Administração Superior da DPPR:

Desde o início da gestão, a ADEPAR estabeleceu um diálogo direto e estreito com a Administração Superior da Defensoria Pública do Paraná. Foram realizadas diversas reuniões, trocas de mensagens e e-mails com o objetivo de garantir que a voz da classe fosse ouvida nas decisões administrativas que afetam o trabalho dos defensores e defensoras. Atualmente, a ADEPAR é considerada em muitas das decisões e mantém um canal de comunicação aberto e respeitoso com a DPPR.

Reafirmação do modelo público de assistência jurídica integral e gratuita:

A ADEPAR reforça a importância do modelo público de assistência jurídica integral e gratuita, atuando junto ao Poder Legislativo para garantir o fortalecimento e o reconhecimento da Defensoria Pública. A associação tem se empenhado em promover a expansão da instituição e valorizar os profissionais que a compõem. ■



Seminário debateu papel das instituições no cenário eleitoral

Evento organizado pela ADEPAR em parceria com a APMP reuniu especialistas para discutir desafios à democracia brasileira



Presidenta da ADEPAR abre seminário que debateu eleições no país.

Em setembro de 2022, em meio a uma das eleições mais conturbadas da história brasileira, a Associação Paranaense do Ministério Público (APMP) recebeu o Seminário “Eleições e Democracia: O Papel das Instituições”. O evento, organizado pela ADEPAR e pela APMP, em parceria com a Ouvidoria-Externa da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) e Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), ocorreu em formato híbrido, presencial e on-line.

Na abertura do evento, estavam presentes na mesa a presidenta da ADEPAR, Jeniffer Beltramin Scheffer, o presidente da APMP, André Tiago Pasternak Glitz, a ouvidora-geral Externa da Defensoria Pública do Paraná (DPE-PR), Karollyne Nascimento, o procurador-geral de Justiça do Estado do Paraná, Gilberto Giacoia, o defensor-geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, o André Giamberardino, presidente do TRE-PR, Desembargador Welington Emanuel Coimbra de Moura, o presidente da Associação Nacional dos Defensores dos Defensores Públicos (ANADEP), Rivana Barreto Ricarte, a procuradora

Regional Eleitoral, Monica Dorotea Bora, o presidente da Associação de Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), Fernando Campelo Marteleto, e o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Jederson Suzinm.

A presidenta da ADEPAR, Jeniffer Beltramin Scheffer, fez questão de chamar a atenção para o papel dos estudantes em geral, lembrando que eles futuramente terão a missão de defender o estado democrático. “As pessoas mais importantes para ouvir esse debate são os estudantes do estado do Paraná, eles vão defender a democracia no futuro. Nós já estamos nesse processo e precisamos reconhecer que temos fracassado bastante. Dedico esse Seminário aos estudantes, eles são os destinatários, são eles que precisam entender que as instituições devem ser fortes e mantidas”, enfatizou.

O presidente da APMP, André Glitz, destacou a importância de trazer para a sociedade a discussão de temas tão relevantes e reforçou o compromisso das instituições com a defesa da democracia. “A gravi-

dade do momento nos impõe uma postura, muita clara que estamos assumindo aqui publicamente, com coragem. Temos o compromisso com o futuro do Brasil e o futuro do Brasil passa pela manutenção da democracia, valorizando e preservando as instituições”, ressaltou.

Painéis

O evento contou com quatro painéis distintos: TRE e Combate à Fake News, Mídia e Fake News, Direitos sociais e papel da ciência e Confiabilidade do sistema eleitoral.

O primeiro contou com o desembargador e presidente do TRE-PR, Wellington Emanuel Coimbra de Moura, e contou com a mediação do juiz e ouvidor do TRE-PR, Thiago dos Santos Paiva. O presidente do TRE explanou sobre a atuação do órgão no processo eleitoral atual, lembrando que o tribunal está levando para diferentes áreas da sociedade o conhecimento sobre as eleições. “Defendo que precisamos ter a coragem de fazer algo diferente e estamos indo até a sociedade para que eles nos reconheçam e confiem em nós como instituição”, explicou.

O segundo painel foi uma discussão da relação da Mídia e das Fake News e contou com a presença dos jornalistas Rogério Galindo e Helio Miguel Filho. A presidente da ADEPAR mediou o debate.

Os dois jornalistas fizeram questão de destacar a importância do jornalismo profissional e sério, principalmente em momentos históricos para a sociedade. Helio Filho, que lidera o Projeto Comprova, que consiste em combater a desinformação, lembrou que a desinformação é algo que existe há muito tempo, mas que atualmente está disseminada a ponto de ameaçar a democracia. Para ele é

papel do jornalismo profissional defender o regime democrático.

Já Rogério Galindo, idealizador do Jornal Plural, disse acreditar que o jornalismo sério e comprometido é a grande forma de combater a desinformação. “Cabe a nós, da imprensa, produzir informação séria, com um jornalismo sério, de verificação, apuração, combatendo informações falsas. O jornalismo pode e deve ser útil em momentos históricos e importantes para a nossa sociedade”, explicou.

O painel sobre conjuntura econômica, direitos sociais e papel da ciência foi mediado pela Ouvidora Geral Externa da Defensoria Pública do Paraná (DPE-PR), Karollyne Nascimento, e teve como palestrantes a advogada e professora de Direito do Trabalho da Unibrasil, Paula Cozera, e o presidente da Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), Leonildo José Monteiro Filho.

Já no último painel do Seminário, o que foi discutido foram as instituições que protegem a democracia e a confiabilidade do sistema eleitoral. O presidente da APMP, André Tiago Pasternak Glitz, foi o mediador e as palestrantes foram a presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), Rivana Barreto Ricarte, e a procuradora de Justiça do Ministério Público do Paraná (MPPR), Rosane Cit.

“A urna eletrônica sofreu uma série de progressos ao longo dos 25 anos, a ponto de podermos afirmar que ela possui uma segurança absolutamente inviolável. O acesso a ela é único e exclusivo do eleitor, que deve chegar e sair da cabine de votação com a consciência limpa que o voto é a expressão da sua vontade e de mais ninguém”, afirmou Cit. ■



O evento foi organizado pela ADEPAR e pela APMP, em parceria com a Ouvidoria-Externa da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) e Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).

ADEPAR em ação



Foto: ALEP

Em maio de 2022, a presidenta da ADEPAR, Jeniffer Scheffer, e a diretora de Previdência e Convênios da entidade, Vânia Maria Forlin Sesto, estiveram presentes na Sessão Plenária da Assembleia Legislativa do Paraná. No encontro com diversos deputados, incluindo o presidente Ademar Traiano, o deputado Tadeu Veneri e o defensor-geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, o André Giamberardino, as diretoras enfatizaram a necessidade do fortalecimento e ampliação do orçamento da Defensoria Pública do Paraná para aumento do número de defensores e melhoria e qualificação da atuação do órgão no Estado, incluindo com mais comarcas atendidas. As diretoras também entregaram as camisetas da campanha nacional “Onde há Defensoria há Justiça”.



Foto: ALEP



Em junho de 2022, Defensoras e Defensores Públicos de várias regiões do Paraná participaram do VI Encontro Anual de Teses da instituição, organizado pela Escola da Defensoria Pública do Estado do Paraná (Edepar) e pela ADEPAR. O encontro fez parte da cultura da instituição de promover o debate sobre os entendimentos criados e usados pelos defensores em seu trabalho diário e, caso tais entendimentos sejam aprovados, que passem a nortear o trabalho dos demais.



A ADEPAR visitou a penitenciária de Rio Branco do Sul para realizar a entrega dos materiais da campanha Linha de Transformação. A ADEPAR, juntamente com o Defensor Público Vitor Eduardo Tavares Oliveira, promoveu uma ação para a compra de linhas, agulhas e material de costura para a Unidade Prisional de Rio Branco do Sul. A unidade abriga travestis, transexuais e homens gays. E para proteger esse grupo de pessoas vulneráveis, a costura é o único trabalho disponível para os detentos(as) da unidade. A doação permitiu que as pessoas que ali vivem pudessem trabalhar e reduzir seu tempo de pena pela remição.

ADEPAR em ação



Em maio deste ano, a presidenta da ADEPAR, Jeniffer Scheffer, falou aos vereadores da Câmara Municipal de Curitiba sobre a Campanha Nacional da ANADEP, "Defensoria Pública: em ação pela inclusão". Ela esteve acompanhada pela Defensora Pública Marisa Fonseca, pela Ouvidora da DPE-PR, Karollyne Nascimento, e pela Diretora dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Prefeitura, Denise Moraes.



Encontro da presidenta da ADEPAR com a vereadora Maria Letícia e sua equipe. A vereadora também é procuradora da mulher na Câmara Municipal. Na pauta, em sintonia com a Campanha Nacional, debateram políticas públicas para pessoas com deficiência e quais caminhos e fluxos para o atendimento adequado para pessoas com deficiência em Curitiba.



Em fevereiro deste ano, a presidenta da ADEPAR, Jeniffer Schffer, e a defensora pública Ana Caroline Teixeira, foram empossadas na diretoria ANADEP. Scheffer é a nova Diretora Jurídica da entidade e Teixeira faz parte do Conselho Consultivo.

Em julho de 2022, a ADEPAR fez a doação cerca de 180 livros para a campanha "Leitura e Liberdade". A entrega foi feita pela da advogada Viviane Vicentin, voluntária do programa Elos Invisíveis, que trabalha com comunidades carentes. A iniciativa que visa levar educação em direitos para as comunidades carentes. O projeto é desenvolvido por um grupo de amigos e voluntários.



Ouidoria, Defensoras e Defensores do Paraná participaram do XV Conadep. O Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos foi realizado entre 8 e 11 de novembro, em Goiânia (GO).

Presidenta da Anadep, Rivana Ricarte, fala sobre os desafios da classe

Alguns estados, o Paraná em especial, têm um déficit grande de defensores. Como minimizar esse problema e garantir atendimento à população?

A situação da Defensoria Pública no Estado do Paraná é peculiar porque se trata de uma das mais recentes a serem instaladas. As primeiras defensoras e defensores concursados tomaram posse em 2013. Nos últimos anos esse crescimento da instituição já vem sendo sentido. Apenas esse ano, em janeiro de 2023, 40 novas defensoras e defensores ingressaram. Então, o aumento quantitativo de defensores aliado a atuação estratégica, seja através de ferramentas tecnológicas, seja através de atendimento com itinerância, são as formas utilizadas para garantir ampliação de atendimento à população.

Há ainda a questão dos cortes orçamentários em todo o país. Como equacionar esta conta?

Das carreiras do sistema de justiça, a Defensoria Pública é a mais recente. E, muito embora tenha havido aumento de orçamento, esse ainda é desproporcional quando comparado a outras carreiras do sistema de justiça. Quando se estabelece congelamento ou corte de gastos públicos, a implementação de muitos direitos sociais como saúde e educação são afetadas e, do mesmo modo, também fica afetada a implementação da dimensão organizacional do acesso à justiça pela Defensoria Pública. Equacionar isso exige o olhar estratégico do gestor da instituição em buscar soluções alternativas para que a população não sofra risco de redução de oferta de serviço. Mas o trabalho ideal é sensibilizar o poder público.

Em comparação com outros estados, como você avalia a evolução da Defensoria no Paraná?

Como mencionei anteriormente, a Defensoria Pública do Estado do Paraná vem crescendo paulatinamente de maneira bastante positiva.

Como a ANADEP considera o volume de trabalho dos defensores no país?

Na medida em que a crise econômica do país impacta no empobrecimento da população, o aumento da demanda na Defensoria Pública au-

menta. Os números mostram que em média, antes da pandemia, havia 14 milhões de atendimentos ao ano, depois, o número alcança 15 milhões de atendimentos. É evidente que o volume do trabalho para cada defensora e defensor público também cresce.

Como você avalia a participação da ADEPAR na articulação nacional e na ANADEP?

O trabalho associativo se faz com muitas mãos. O diálogo com os parlamentares exige o duplo olhar, nacional e local, por isso andar em compasso é muito importante. A ADEPAR tem sido essencial no trabalho de articulação nacional. Na verdade, são histórias associativas que se entrelaçam. A ANADEP, em gestões anteriores, trabalhou muito para a correta implementação da defensoria no estado. O XII CONADEP foi realizado em Curitiba como forma de dar maior visibilidade da instituição no estado. Uma representante da ADEPAR já ocupou a vice-presidência institucional da ANADEP e hoje a presidenta da ADEPAR é diretora jurídica da ANADEP. Muitas defensoras e defensores do paraná estão envolvidos nos trabalhos da ANADEP trazendo um olhar qualificado.

A campanha nacional deste ano quer dar visibilidade para as pessoas com deficiência e garantir o atendimento jurídico dessa parcela da população. Quais os maiores gargalos que eles enfrentam hoje do ponto de vista de garantia de seus direitos?

Penso que incluir as pessoas com deficiência nos espaços públicos e privados é o grande desafio.

Como a Defensoria Pública pode atuar para garantir esses direitos? Os órgãos nos estados estão preparados para lidar com essa população?

A Defensoria Pública é uma das Instituições que têm o poder de tomar as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos na Lei Brasileira de Inclusão. As Defensorias Públicas contam com o Núcleo ou a Defensoria Especializado(a) na Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Essas unidades são responsáveis por prestar orientação jurídica e a defesa em juízo, em todos os graus, aos(as) cidadãos(as) de baixa renda ou em situações de vulnerabilidades. Para se ter uma ideia, de um universo de 15 milhões de atendimentos,



Presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, diz que o trabalho da ADEPAR tem sido essencial no trabalho de articulação nacional.

ao menos, 10% são voltados para este grupo. A atuação ocorre de forma interdisciplinar e abrange várias áreas como: o acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, transporte, cultura, esporte e lazer. De um universo de 15 milhões de atendimentos, ao menos, 10% são voltados para este grupo. A atuação ocorre de forma interdisciplinar e abrange várias áreas como: o acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, transporte, cultura, esporte e lazer.

Foi instalada a Frente Parlamentar Mista de Apoio e Fortalecimento das Defensorias Públicas dos estados e da União. Qual a expectativa para o trabalho dessa frente? Quais os principais objetivos que visam alcançar?

O Poder Legislativo tem cada vez mais compreendido e dado respostas positivas aos pleitos de manutenção da simetria constitucional da Defensoria Pública com as outras carreiras do sistema de justiça. Mas esse é um tema que exige um amplo compromisso parlamentar. A formação da frente parlamentar é prova disso. A expectativa é que um

maior número de parlamentares possa se envolver nas diversas pautas em tramitação no Congresso Nacional podendo levar olhar da Defensoria Pública e qualificar, ainda mais, o debate no parlamento.

Qual sua expectativa quanto à relação da ANADEP com o governo federal? Acredita que há uma sintonia maior de pautas?

O Poder Executivo federal tem dado sinais da valorização do acesso à justiça através do fortalecimento do modelo público desde o governo de transição quando, além de ter chamado a Defensoria Pública à escuta, desenha o olhar do fortalecimento do acesso à justiça no Ministério da Justiça. Nossa expectativa é que, de fato, se volte a desenvolver políticas públicas no país e aí esta o ponto de sintonia com as pautas defendidas pela Defensoria Pública. Todas as pautas de reconstrução do país tocam no trabalho da Defensoria. Aguardamos decisões concretas e entendemos que o compromisso político de expansão da Defensoria Pública deve fazer parte da pauta de fortalecimento do Estado. ■

Defensoria rumo ao interior

Novas defensoras e defensores empossados este ano - juntamente com projeto on-line - dinamizam atendimento nas sedes paranaenses

Foto: ASCOM DPE-PR



Capacitação de gestoras(es) operacionais das sedes do interior do Estado realizada pela DEP-PR.

Após a posse das 40 novas defensoras e defensores, a DPE-PR chega a 30 comarcas, que abrangem 73 municípios e estão distribuídas em 15 Núcleos Regionais de Atendimento. Houve um avanço de 23,7% no raio de atuação da instituição em relação ao que era antes da chegada dos novos profissionais.

Mesmo assim, o objetivo é que cada uma dessas sedes vire regionais para atender ainda mais pessoas, aumentando o raio de atuação para 150 cidades. Para tanto, ainda é necessária a ampliação dos quadros. "Não há como fugir dessa realidade porque a Defensoria tem um quadro pequeno e, para atender minimamente bem o que preconiza a Constituição Federal, é necessário um crescimento gradual da instituição", comentou André Giamberardino, defensor público-geral do Estado. Atualmente, a DPE-PR é a menor defensoria do país.

Além disso, a Defensoria, segundo o defensor público-geral, não tem uma atribuição constitucional que se limita aos atendimentos jurídicos à população. É preciso ter atendimento interdisciplinar, promover os direitos fundamentais, acompanhar processos e inquéritos policiais, entre outras inúmeras atribuições previstas. No Paraná, a estrutura não permite que a Defensoria atenda pessoas vulne-

ráveis que são réis em processos criminais ou ter defensores (as) com atribuição em Tribunal do Júri em todas as cidades onde está presente. Entre as atribuições da instituição está a garantia de defesa caso não possa contratar um advogado particular.

"Nossa aposta para, gradualmente, ganharmos mais dinamismo e flexibilidade na atuação das sedes do interior é o modelo regionalizado proposto pela Lei Complementar 248 de 2022. O objetivo é que uma única sede regional coordene o atendimento, capilarizado por estruturas menos custosas nas comarcas menores, como postos de atendimento e espaços cedidos pelo Poder Judiciário ou pelos Municípios, e pela implementação de canais de atendimento remoto e híbrido pelo telefone e internet", completa Giamberardino.

Ele explica que se trata de um conceito geral, já que cada região tem peculiaridades que demandam adaptações. "Temos buscado, por fim, qualificar nossa participação no debate sobre o Plano Plurianual que está em curso para sofisticar a análise do impacto da presença da DPE-PR em prol da população mais vulnerável de cada região do Estado, com novos indicadores e parâmetros a serem levados em conta no planejamento de curto, médio e longo prazo", diz.

Os dados de atendimento do órgão mostram o panorama geral do trabalho de toda a instituição e apontam para um crescimento grande e acelerado da busca pelos serviços oferecidos. O mapeamento realizado em 2022 mostrou pontos da instituição que precisam ainda ser desenvolvidos, foco de trabalho da Administração Geral da DPE-PR.

Mas a falta de recursos humanos é a principal delas, e está ligada diretamente ao aumento da capacidade de atendimento da Defensoria. Apenas 18,6% das 562 vagas de defensores(as) públicos(as) previstas em lei estão preenchidas no Paraná.

Além disso, o raio-x identificou também uma necessidade de melhoria nos instrumentos de acesso da população à Defensoria. A divulgação do diagnóstico faz parte de uma política de transparência da instituição para levar até o público as informações e explicações sobre como o serviço funciona e como será melhorado.

Todos estes problemas apontados não significam que há baixa produtividade. Pelo contrário. Há uma sobrecarga sobre os servidores(as) e defensores(as) que precisa ser dividida com mais contratações.

Recursos Humanos

Em relação ao número de defensores(as) que trabalham na instituição, há uma previsão legal de 562 vagas, mas apenas 146 estão preenchidas. O número de defensores(as) públicos(as) no estado é um dos principais desafios, mas não o único. Hoje, a instituição conta com 311 servidores, entre psicólogos, assistentes sociais, assessores jurídicos e outras funções, que trabalham para manter as sedes em pleno funcionamento em termos de atendimento e administração.

Para Clodoaldo Porto Filho, presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Paraná (ASSEDEPAR), há uma expectativa positiva para o atendimento nas sedes do interior. "Tivemos a chegada de novos defensores e aguardamos a finalização do concurso para servidores. A expansão para o interior é vital para o estado.

Já contamos com uma mão de obra qualificada na instituição, e com a chegada de mais profissionais qualificados, como os novos defensores e servidores, teremos um cenário excelente", avalia.

Segundo ele, no entanto, também é necessário investir em estrutura de atendimento, tanto física quanto em material de apoio. "Isso é extremamente necessário para possibilitar a expansão. Estamos bastante esperançosos de que, em um futuro próximo,

mo, a Defensoria esteja bem estruturada e seja uma referência ainda maior no interior do Paraná".

Para o defensor público-geral, a dificuldade do órgão é antiga. "Esses números têm uma explicação histórica e ligada às dificuldades da economia nos últimos dez anos. Por outro, eles mostram o quanto ainda é possível avançar em termos de atendimento à população paranaense", comenta Giamberardini.

Hoje, o orçamento do exercício da Defensoria é de R\$158 milhões (R\$95 milhões do Tesouro Estadual, com origem no estado, e R\$63 milhões do Fundo da Defensoria Pública do Paraná). A Defensoria não tem um percentual fixo da receita geral do estado para receber anualmente. Isso fez com que o orçamento da instituição não fosse beneficiado pelo crescimento da receita líquida do Estado nos últimos anos. Os orçamentos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do MP-PR contam com um percentual fixo de 5%, 9,5% e 4,1%, respectivamente.

Projetos estruturantes

"Todas estas questões levantadas quanto ao atendimento não têm uma solução rápida. Para construir o caminho que possa desenvolver e melhorar os serviços da DPE-PR rumo ao interior, há um planejamento de médio e longo prazo", diz a presidenta da ADEPAR, Jeniffer Scheffer. Ela conta que o esforço orçamentário junto ao governo do estado historicamente era balizado pela melhora nas questões da carreira das defensoras e defensores. "Desde o ano passado, nossa atenção se voltou para a melhora do órgão, o que contribui muito para o atendimento da população".

A busca de outras fontes de recurso tem ocorrido tanto com a demanda por emendas parlamentares como através da capacitação das(os) próprias(os) defensoras(es) públicas(os) para que, sempre que possível, requisitem honorários sucumbenciais nos processos em que atuam.

Quando não há Defensoria em uma cidade ou o município não é atendido por uma sede da Defensoria, a população pode ter acesso à assistência jurídica gratuita por meio de um advogado dativo, aquele que é nomeado para suprir a demanda pelo direito à defesa que todo cidadão ou cidadã possui.

O valor gasto anualmente pelo Paraná, em média, entre 2017 e 2021, com a advocacia dativa é de R\$119,8 milhões. Deste total, no ano respectivo, R\$55,5 milhões foram pagos por via administrativa e R\$64,2 milhões foram pagos por via judicial.

RAIO X DA DEFENSORIA

2022

TOTAL DE ATENDIMENTOS 2021



187.506

TOTAL DE ATENDIMENTOS 2022



200.633

aumento de atendimentos

7%

DISTRIBUIÇÃO DOS ATENDIMENTOS POR ÁREA EM 2022:



R\$158 milhões

o orçamento do exercício da Defensoria para 2023.

R\$95 milhões do Tesouro Estadual e R\$63 milhões do Fundo da Defensoria Pública do Paraná.

Reportagem com informações da ASCOM DPE-PR.

Atendimento on-line



Pelo sistema Luna é possível realizar todo o primeiro atendimento, como é chamada a fase inicial do serviço.

Contudo, um grande avanço para o atendimento da população foi a disponibilização da plataforma Luna. Trata-se de um setor de atendimento por telefone e aplicativos de mensagens instantâneas que responde dúvidas antes de o cidadão ou cidadã ir até uma sede da instituição. A Central poderá fazer o primeiro atendimento.

A plataforma já está disponível para moradores dos 73 municípios abrangidos pelas 30 comarcas onde a DPE-PR já está presente. Desde janeiro deste ano, apenas a população de Curitiba, São José do Pinhal e do Litoral contavam com a possibilidade de fazer o atendimento remoto por esse sistema, que além de realizar o primeiro atendimento, também permite que usuários(as) façam o acompanhamento online.

O atendimento presencial continua acontecendo sempre que a pessoa desejar, ou seja, ela pode comparecer pessoalmente à sede central da instituição, no centro de Curitiba, ou às sedes da Defensoria espalhadas pelo litoral, região metropolitana e interior do estado, para conversar pessoalmente com as equipes e buscar o primeiro atendimento.

No entanto, quem desejar fazer o atendimento online pode fazê-lo em um sistema que é o mesmo para todo o estado, e que concentra todas as informações em um só lugar.

“A ampliação da plataforma Luna para todas as regiões onde está a Defensoria era uma necessidade que estávamos planejando concretizar. Como funcionou muito bem na região de Curitiba e no Litoral, a ampliação aconteceu naturalmente para atender

à demanda da população que mais precisa”, afirmou o coordenador da Assessoria de Projetos Especiais, defensor público Matheus Munhoz, que coordena o atendimento pelo portal. Entre os dias 9 de janeiro e 15 de maio deste ano, a plataforma Luna realizou 3.440 atendimentos online.

A plataforma Luna é um instrumento da Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC) da DPE-PR, e representa a consolidação da ampliação dos serviços da instituição, que começou com a criação da Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC).

Pela Luna, é possível realizar todo o primeiro atendimento, como é chamada a fase inicial do serviço, quando há o primeiro contato entre usuário(a) e equipes da Defensoria.

É neste momento que a pessoa realiza um cadastro, declara a sua renda, entrega seus documentos pessoais, como RG e CPF, e marca, então, outra data para conversar com o setor especializado que atenderá seu caso – por exemplo, se o caso envolver divórcio, será marcado um atendimento na Área de Família. Quem preferir pode continuar a fazer esse primeiro atendimento presencialmente.

“É importante lembrar que fazer o primeiro atendimento online é muito mais ágil, facilita para o usuário ou usuária, principalmente porque dali ele ou ela já sai com o agendamento no setor feito”, comentou Munhoz. Em caso de necessidade, ao verificar o cadastro do novo usuário ou usuária, a equipe da CRC liga para a pessoa para preencher lacunas nas informações. ■

ACESSO À JUSTIÇA

Novas defensoras e defensores públicos do Paraná que tomaram posse este ano já estão prestando assistência jurídica gratuita à população



Foto: Carlos Costa

Empossados do IV Concurso celebram em evento com a diretoria da ADEPAR.

Todos os 40 novos defensores e defensoras públicas do Paraná que tomaram posse no cargo em janeiro deste ano já estão prestando assistência jurídica gratuita à população. Com a chegada dos(as) novos profissionais às comarcas onde agora estão trabalhando, o projeto de regionalização da instituição, aprovado pela Lei Complementar Estadual 248/2022, começou a ser efetivado.

Até o início deste ano, a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) conseguia oferecer seus serviços em 18 comarcas que abrangiam 59 municípios em todo o estado. A partir de agora, a DPE-PR chegará a 30 comarcas, que abrangem 73 municípios e estão distribuídas em 15 Núcleos Regionais de Atendimento, um avanço de 23,7% no raio de atuação da instituição. O serviço será oferecido nas sedes e postos avançados de atendimento espalhados por esses locais.

Com esse crescimento, a DPE-PR atingirá aproximadamente um milhão de pessoas a mais em todo o estado. Os critérios para escolher as regiões que receberam o reforço de profissionais foram pautados no

que determina o artigo 98, parágrafo 2.º da Constituição Federal, que determina que “a lotação dos defensores (as) públicos (as) ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional”. No Paraná, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), 91% da população tem perfil socioeconômico para ser atendido pela Defensoria (renda familiar de até três salários mínimos).

“A contratação dos novos defensores e defensoras é um marco na história da instituição e foi resultado de um grande esforço. Esse avanço vai possibilitar um grande incremento no atendimento da população que mais precisa. São milhares de pessoas que poderão ter acesso à Justiça gratuita por meio dos serviços da Defensoria. É importante ressaltar que esse crescimento é fruto também da compreensão e do apoio do Governo do Paraná e da Assembleia Legislativa do Paraná, por meio de maior aporte orçamentário e da aprovação de leis que garantem a ampliação e reestruturação da instituição”, afirmou o Defensor Público-Geral do Paraná, André Giamberardino.

Área de Família, a mais procurada

A área da Família e Sucessões, que atende casos de divórcio, dissolução de união estável, reconhecimento de paternidade, guarda e pensão, entre outros, é a área da Defensoria que recebe a maior demanda da população, por isso, recebeu também atenção especial da instituição, que ampliou o número de defensores(as) na área em todo o estado, inclusive em Curitiba.

Em 2022, a Defensoria registrou 200.633 atendimentos em todo o Paraná. Deste total, 102.334 foram da área da Família. Em Curitiba, a área prestou 44.098 atendimentos no ano passado.

“Nós sempre tivemos limitações [de atendimento] em razão da quantidade de defensores(as). A chegada dos(as) novos(as) profissionais vai dar um fôlego imenso para todos(as). Vamos conseguir fazer mais atendimentos e ampliar a atuação em Curitiba, na região metropolitana e no interior. Enfim, vamos ofertar um atendimento muito melhor para a sociedade”, afirmou o coordenador da área da Família e Sucessões de Curitiba, defensor público Marcelo Pimentel.

A defensora pública Natália Cipresso, 31 anos, recém-chegada à instituição, reforçou a área da Família em Curitiba. Ela é agora a defensora responsável pela área da Família no Fórum Descentralizado do Sítio Cercado, onde, até então, a instituição não estava presente.

“Estou gostando bastante. É um volume muito grande de trabalho, ainda mais na região do Sítio Cercado, onde a Defensoria não estava presente. É uma região bastante populosa e vulnerável. Embora a demanda seja grande, é uma sensação muito prazerosa poder sentir que estou contribuindo de fato para a vida das pessoas”, contou ela, que é natural da capital paulista.

Antes de ingressar na instituição, a defensora teve uma experiência maior na área Cível, mas viu nos temas de Família como pode ser grande e imediato o impacto da Defensoria na vida das pessoas. “Essas questões de Família são relativamente simples, mas há um impacto muito grande na vida das pessoas, em especial, quando há crianças envolvidas. É bem desafiador. Muitas vezes, a gente se depara com questões que não são exclusivamente jurídicas, mas é uma área em que a gente consegue de fato sentir o impacto do nosso trabalho”, comentou.

Colombo e Almirante Tamandaré

A Defensoria agora passa a atender também a população de Colombo e Almirante Tamandaré, na região metropolitana de Curitiba, depois de ter interrompido o serviço nestas duas cidades por seis anos. Ao todo, há agora duas defensoras públicas em Almirante Tamandaré e dois defensores públicos em Colombo, que atenderão a população na área de Família e Sucessões; da Infância e Juventude; e Criminal. Por enquanto, as equipes atenderão a população desses dois municípios na Sede Central de Atendimento da Defensoria em Curitiba, mas já nos próximos meses a instituição irá viabilizar um posto de atendimento em cada uma das duas cidades. Até então, na RMC, a Defensoria estava presente apenas em São José dos Pinhais.

Para o defensor público Vinicius Santos de Santana, agora responsável pelo atendimento da área Criminal em Colombo, as contratações efetivadas pela Defensoria possibilitam que a instituição volte a ocupar espaços em municípios que precisam muito do atendimento, como é o caso de Colombo.

“É muito importante que a Defensoria retome o espaço nessas cidades, que retome os atendimentos à população carente. Isso viabiliza o efetivo acesso à Justiça e possibilita que as pessoas possam ter o direito de acessar seus direitos. Poder fazer parte disso em Colombo é muito bom. É um passo muito importante para a história da Defensoria”, disse Santana, defensor há quatro anos.

Ele estava lotado em Foz do Iguaçu e fez a mudança para a cidade da RMC em março – a vaga dele em Foz do Iguaçu foi ocupada por uma nova defensora pública.



É uma data histórica para a DPE-PR. E essa é uma conquista que tem uma trajetória longa, que fortalece a defensoria e o atendimento à população. Também é muito importante para o fortalecimento da nossa carreira, tanto no Estado quanto a nível nacional.

JENIFFER SCHEFFER
Presidenta da ADEPAR



Tribunal do Júri nos três municípios

Pela primeira vez na história da DPE-PR, a instituição passou a prestar assistência jurídica integral na 1ª e 2ª Varas Privativas do Tribunal do Júri de Curitiba. Isso significa que agora há defensores(as) públicos(as) para atuar na 1ª e na 2ª fases do processamento de crimes dolosos contra a vida, assim propiciando a defesa de pessoas que não podem pagar por um(a) advogado(a) privado(a) e que são acusadas dos crimes mais graves previstos no Código Penal.

Essa defesa, inclusive, abrange o plenário do júri, ou seja, quando é feita a defesa da pessoa acusada perante o corpo de jurados(as), pessoas não necessariamente formadas em Direito que fazem parte da comunidade e são responsáveis por julgar o caso.

O defensor que reforçou a equipe do Tribunal do Júri em Curitiba em março foi David Bezerra, 32 anos, que também atua agora na mesma área em Colombo.

"Fico muito honrado e feliz de reforçar o time de defensores aqui no Tribunal do Júri de Curitiba, que já tem desempenhado um trabalho de excelência. Com essa expansão, teremos condições de prestar assistência jurídica integral no júri, e isso viabiliza que a nossa estratégia de defesa seja exercida de forma global nas varas de Curitiba, Colombo e Almirante Tamandaré", disse Bezerra, natural do Rio de Janeiro.

Para o defensor Wisley Rodrigo dos Santos, que

atua no Tribunal do Júri de Curitiba há 5 anos, a chegada de novos colegas é um marco na história da instituição.

"É um passo muito importante para efetivar o serviço público de promover a defesa de pessoas que não contratam um(a) advogado(a) ou não podem pagar um(a) para defendê-las no Tribunal do Júri em Curitiba. Antes, ocorria uma situação inusitada, de sorte. Se o processo caísse na 2ª Vara, onde eu atuo, o réu teria acesso à Defensoria. Se caísse na 1ª, não. Agora, como prevê a Constituição Federal, a Defensoria prestará o serviço de forma integral", comemorou Santos.

De acordo com o defensor público Vítor Eduardo Tavares de Oliveira, ele e o colega Wisley Santos iniciaram o trabalho no Tribunal do Júri de Curitiba em 2017, e apenas na 2ª Vara. Dois anos depois, passaram a atuar na 1ª fase dos processos que tramitam na 1ª Vara, mas apenas em parte dos casos.

"Agora, com a expansão da instituição, vamos conseguir consolidar o atendimento integral a todas as pessoas que estão sendo processadas no Tribunal do Júri em Curitiba.

Isso é muito importante porque mais pessoas receberão o atendimento especializado da instituição", disse Oliveira, que passa a atuar também no Tribunal do Júri de Almirante Tamandaré, cidade onde o serviço da Defensoria nunca abrangeu o Tribunal do Júri. ■



A posse aconteceu no Teatro Guairinha, em Curitiba. Eles(as) foram aprovados(as) no IV Concurso Público para Defensores(as) Públicos(as) do Paraná, finalizado em dezembro de 2022. Esta é a maior contratação da história da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) depois do primeiro concurso realizado pela instituição entre 2012 e 2013. Participaram da solenidade, além de representantes da Administração Superior da (DPE-PR), o vice-governador do Paraná, Darci Piana; o Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, João Carlos Ortega; o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador José Laurindo de Souza Netto; o procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná (MPPR), Mario Sérgio Albuquerque Schirmer; e o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura.



Assentamento Contestado recebeu Posse Popular dos novos defensores



Novas e novos empossados participaram de evento em fevereiro. Entre as atividades, participaram de uma roda de conversa com os assentados, atividades no horto e a cerimônia da Posse Popular.

Em fevereiro, os novos 40 Defensoras e Defensores Públicos do Paraná – que assumiram o cargo este ano – participaram da Posse Popular, que aconteceu na sede da Escola Latina Americana de Agroecologia (ELAA), no município da Lapa, no Assentamento Contestado do Movimento dos Sem Terra (MST).

Além de conhecer os projetos geridos pelo movimento no município, os defensores se comprometeram com os movimentos sociais e com a defesa das pessoas mais vulneráveis.

Entre as atividades, participaram de uma roda de conversa com os assentados, atividades no horto e a cerimônia da Posse Popular.

Esta foi a primeira vez que o MST sedia o evento no Paraná.

“Foi um momento marcante, quando nossos novos

colegas puderam vivenciar um pouco da realidade de um movimento social e das pessoas que eles irão representar”, afirmou a presidenta da ADEPAR, Jeniffer Schffer. A Posse Popular foi organizada pela ADEPAR e pela Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Para o defensor público André Ferreira, que veio de São Paulo e faz parte da nova leva de profissionais, a Posse Popular foi uma grande surpresa.

“É uma oportunidade muito importante para conhecer a realidade dos movimentos sociais aqui no Estado. Aprendemos muito com o pessoal do assentamento e tenho certeza que essa vivência contribui com nossa atuação na Defensoria”, disse.

Fotos: Wellington Lenon/MST ■



A evolução da Defensoria Pública do PR: uma jornada em busca da justiça social

Criada em 2011, o órgão paranaense foi um marco para o Estado, mas nasceu tardiamente, sendo um dos últimos a ser implantado no Brasil



Movimentos estudantis realizam passeata pedindo implantação da Defensoria Pública no Estado em 2009. Projeto para criar o órgão passou por três governadores diferentes.

Desde sua criação, a Defensoria Pública do Paraná tem desempenhado um papel fundamental na garantia do acesso à justiça para aqueles que mais precisam. Ao longo dos anos, a instituição passou por um processo contínuo de evolução.

Criada em 2011 pelo Projeto de Lei 359/2011, a Defensoria Pública paranaense foi um marco para o Estado, mas nasceu tardiamente. Ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça (2017-2021), Maria Tereza Uille Gomes era a Secretária de Justiça do Governo do Paraná e foi uma das responsáveis por remodelar o projeto da Defensoria e trabalhar para a sua aprovação.

Ela relembra o processo de participação popular para a aprovação do projeto. “A lei é um reflexo de uma importante mobilização e que contou com a participação da população em audiências públicas pela criação da Defensoria Pública. Mas é inadmissível a demora que houve no Paraná para regulamentar o órgão”, explica.

“O Paraná era um dos dois únicos estados que não

dispunham de uma Defensoria Pública, cuja criação foi prevista na Constituição de 1988. Foram 22 anos de lutas. Quando assumimos nosso primeiro mandato na Assembleia Legislativa, em 2003, resolvemos desenvolver um trabalho de aglutinação de vários grupos e movimentos para levantar essa bandeira e encaminhar uma solução”, lembra o deputado federal Tadeu Veneri (PT), que até o ano passado ocupava uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná.

Ele relembra a criação do “Movimento Defensoria Pública Já”. “Apresentamos projeto de lei regulamentando a criação da instituição e fomos promovendo debates, seminários e manifestações. E inúmeras entidades, como a UFPR, Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público, sindicatos e tantas outras do movimento organizado da sociedade, foram aderindo e a pressão sobre o governo Requião, depois Orlando Pessuti, e em seguida, Beto Richa, foi ficando cada vez mais pesada”. conta.

Em 2010, finalmente, Pessuti mandou um projeto

para a Alep. O Paraná acabou sendo o penúltimo estado a aprovar a Lei, em 2010. Beto Richa assumiu e retirou o projeto. "Ele mandou um substitutivo. Beto assinou a criação da Defensoria no Salão Nobre da Universidade Federal do Paraná no dia 19 de maio de 2011", explica Veneri.

Nos primeiros anos de existência, a Defensoria Pública do Paraná enfrentou inúmeros desafios, como a falta de estrutura e recursos para atender a demanda crescente por serviços jurídicos gratuitos.

No entanto, mesmo diante dessas dificuldades, os defensores públicos demonstraram dedicação e compromisso em promover a justiça social, superando obstáculos e construindo alicerces sólidos para o órgão.

"Quando assumi o governo, assumi também o compromisso de implementar o funcionamento da Defensoria Pública do Paraná. A maior dificuldade, naquela época, era de natureza orçamentária. Havia dívidas com advogados dativos e isso precisou ser equacionado antes do envio do projeto de implantação à Assembleia. Quando resolvemos essa

questão, conseguimos dar continuidade à sua criação", lembra o deputado federal Beto Richa (PSDB), então governador do Estado.

O parlamentar afirma que sempre reconheceu a necessidade e a importância da Defensoria Pública na atuação em favor das pessoas mais carentes.

"Da mesma forma, criamos condições para que o órgão realizasse os primeiros concursos e iniciasse a sua estruturação funcional. Esse trabalho foi reconhecido pela Anadep, que considerou a nossa lei estadual como a mais moderna do Brasil. Inclusive estabeleceu que o defensor-geral seria escolhido pela categoria e não pelo governador, como acontecia em outros estados", aponta Richa.

Veneri afirma ainda que uma grande ajuda veio em 2009, quando o então presidente Lula sancionou a Lei Complementar 132, que organizava a Defensoria Pública em todo o país. "Foi um grande reforço para o movimento, porque o Paraná estava ficando cada vez mais isolado na prestação de assistência jurídica gratuita à população. A lei regulamentou a autonomia orçamentária das defensorias públicas".



Foto: Arnaldo Alves / AENotícias

Então governador do Paraná, Beto Richa, juntamente com a ex-secretária de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, e com o ex-secretário chefe da Casa Civil, Durval Amaral, apresentam a recém assinada Lei 359/2011.

Realidade atual

Para o Defensor Público-Geral André Ribeiro Giamberardino, a criação, ou seja, a regulamentação legal da Defensoria do Paraná em 2011, “foi realmente um processo difícil, mas rico em termos de debate político, visibilidade e participação da sociedade civil. As dificuldades que paralisaram esse processo por mais de duas décadas sempre estiveram ligadas a uma certa perspectiva que considerava um erro a opção constitucional pela criação de uma nova instituição, com impacto orçamentário significativo, para cuidar da política de acesso à justiça aos que mais precisam”.

Giamberardino explica que a questão no Paraná sempre foi uma discussão sobre modelo. “Mas a mobilização de movimentos organizados, o engajamento da UFPR, as cobranças do Ministério Público do Estado, inclusive com medidas judiciais, o compromisso da Assembleia Legislativa e sobretudo a decisão política do Governo do Estado que recém assumira foram decisivos para que a lei fosse aprovada e sancionada ainda no primeiro semestre de 2011”.

Quanto à implementação da Defensoria, o defensor-geral considera que se trata de um processo em curso. “Com a contratação de 40 novos defensores/as em 2023, nossa atuação passou a cobrir 30 comarcas. De um lado, o número parece pequeno diante das mais de 160 comarcas existentes no estado, e mesmo nessas, ainda não conseguimos atender todas as áreas em que há demanda. De outro lado, porém, são aquelas mais populosas, já atendemos potencialmente praticamente metade da população paranaense, e o número de atendimentos e conquistas só aumenta”.



Pela falta de uma estrutura mais potente, os defensores acabam sendo sobrecarregados, mas sabemos que fazem o máximo para atender à população.

Tadeu Veneri
Deputado Federal



Foto: Orlando Kissner/ALEP



Foto: Thaís Camargo/ASCOM DPE-PR



Sem dúvida, a atuação das defensoras e defensores públicos “na ponta”, junto às pessoas que demandam por seus direitos, é nosso maior capital.

André Ribeiro Giamberardino
Defensor Público-Geral

André Ribeiro Giamberardino fala sobre a evolução e momento atual da DPE

Como você vê a evolução da DPE desde a sua criação até hoje?

No quadro nacional, os maiores avanços para a Defensoria vieram com novas alterações na Constituição e na legislação federal, valendo citar sobretudo a Reforma do Judiciário em 2004 e as alterações promovidas pela Lei Complementar 132, de 2009. O Supremo Tribunal Federal teve, na sequência, papel fundamental na reafirmação contundente, para vários estados, em diversas ocasiões, da necessidade de respeito às diretrizes constitucionais e efetiva implementação da instituição. No Paraná, com a criação da instituição posteriormente a esses marcos normativos, essa evolução tem tido dificuldades, como não poderia deixar de ser, mas tem sido fruto de muito aprendizado e diálogo.

Erramos também, aprendemos e buscamos as melhores formas de organização tendo por objetivo, ao final, a prestação da melhor assistência jurídica possível à população. Sem dúvida, a atuação das defensoras e defensores públicos “na ponta”, junto às pessoas que demandam por seus direitos, é nosso maior capital, nosso mais importante argumento em prol do fortalecimento da instituição, somando ao longo dos anos centenas e centenas de milhares de atendimentos e conquistas importantíssimas em diversas áreas sensíveis como conflitos familiares, atenção à infância e juventude, fiscalização do sistema penitenciário e atendimento individual nas prisões, conflitos pelo direito à moradia e regularização fundiária, projetos de garantia dos direitos das mulheres e atendimento às vítimas de violência doméstica, atuações estratégicas importantes na área criminal, inclusive nos Tribunais Superiores, entre outros temas.

Como a DPE-PR está em comparação com outros estados? Quais são os principais desafios que o órgão enfrenta?

Comparações são complexas em um país imenso e heterogêneo como o Brasil, mas há pesquisas e análises interessantes sobre a situação de cada Defensoria, sobretudo em relação à participação percentual de cada uma no orçamento de seu respectivo estado. Há aquelas que já cumpriram a determinação constitucional de ter defensores em todas as comarcas e outras, como nós, que ainda estão bastante distantes. A década desde a entrada do primeiro grupo de aprovados/as na DPE-PR, que completa 10 anos de carreira em outubro de 2023, foi marcada por dificuldades orçamentárias e estru-

turais, índices elevados de evasão com dificuldades de reposição, por uma grave crise econômica no estado e no país entre 2014 e 2015, e pela realização de quatro concursos para defensor/a. Muito já foi superado e um passo indubitavelmente importante foi dado com a viabilização de uma efetiva fonte própria de arrecadação, através do Fundep (Fundo da Defensoria Pública), em 2019. De outro lado, a efetiva implementação do atendimento da DPE-PR, principalmente no interior, demanda um planejamento responsável e gradual de incremento dos recursos destinados à instituição pelo orçamento do Estado até que se chegue a um patamar similar, proporcionalmente, a outros entes federados com situação financeira similar ou até mais dificultosa.

Esse é, sem dúvida, o maior dentre os desafios administrativos, pois é a partir dele que se viabilizam ou não tantos outros caminhos. Trata-se, porém, de um desafio que só pode ser enfrentando com muita responsabilidade, profissionalismo, transparência e diálogo. Felizmente, o atual Governo do Estado e o Poder Legislativo vêm demonstrando grande abertura nesse sentido e temos tido imensos avanços recentes, destacando-se a suplementação ao orçamento de 2023 que viabilizou a segunda maior contratação de defensores da história da DPE-PR.

Com a posse dos novos defensores, o órgão ganhou capilaridade e poderá implementar a reorganização da DPE. Como será a atuação nas sedes do interior?

Nossa aposta para, gradualmente, ganharmos mais dinamismo e flexibilidade na atuação das sedes do interior é o modelo regionalizado proposto pela Lei Complementar 248 de 2022. O objetivo é que uma única sede regional coordene o atendimento, capilarizado por estruturas menos custosas nas comarcas menores, como postos de atendimento e espaços cedidos pelo Poder Judiciário ou pelos Municípios, e pela implementação de canais de atendimento remoto e híbrido pelo telefone e internet.

É claro que se trata de um conceito geral, cada região tem peculiaridades que demandarão adaptações. Temos buscado, por fim, qualificar nossa participação no debate sobre o Plano Plurianual que está em curso para sofisticar a análise do impacto da presença da DPE-PR em prol da população mais vulnerável de cada região do estado, com novos indicadores e parâmetros a serem levados em conta no planejamento de curto, médio e longo prazo. ■

Campanha nacional trata de direitos de pessoas com deficiência



Cerca de 200 pessoas lotaram o auditório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para o lançamento oficial da Campanha Nacional "DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão".

A campanha tem por objetivo ressaltar a atuação das defensoras e dos defensores públicos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência

Com o auditório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em Brasília, lotado, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) lançou a Campanha Nacional "DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão".

A Defensoria é responsável pela orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos(as) necessitados(as). A Instituição tem como objetivo a promoção da dignidade humana e a redução das desigualdades.

A partir dessa perspectiva, a campanha nacional quer promover a educação em direitos e servir como instrumento da luta anticapacitista e inclusão das pessoas com deficiência, a partir da maior conscientização da sociedade sobre os direitos garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão.

A iniciativa dará ainda visibilidade à atuação de defensoras e defensores públicos na defesa de direitos deste grupo por meio de atendimentos jurídicos que buscam garantir às pessoas com deficiência uma vida independente e autônoma, com respeito

à capacidade jurídica e efetivação do acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, transporte, cultura, esporte e lazer sem barreiras.

Pesquisa mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que no Brasil 17,3 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que se baseia na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, consideram-se Pessoas com Deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

"A campanha deste ano visa trazer uma luz quanto à questão das pessoas com deficiência, a garantia dos seus direitos e a luta por uma sociedade anti-capacitista, que reconheça a cidadania dessas pessoas. Para a DPE-PR também foi um momento importante, pois levamos à Brasília a defensora Marisa Barsosa, a primeira defensora pública no estado

PCD, que tem uma deficiência auditiva", disse a presidente da ADEPAR, Jeniffer Scheffer.

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, o deputado Márcio Jerry, pontuou que há cerca de 231 proposições legislativas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência tramitando na Casa. De acordo com o parlamentar, entre os principais objetivos da Comissão está o "federalismo PCD" que consistirá na ampliação e criação de comissões e secretarias voltadas para as pessoas com deficiência em todos os estados.

Já a secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella, destaca que o Ministério tem um grande apreço pela Defensoria Pública. "É muito bom falar com quem entende a importância de centralizar as questões relacionadas às pessoas com deficiência. Essa população que sofre violências capacitistas e que tem a menor representatividade em diversos setores da sociedade. É considerado, muitas vezes, um público periférico e com menos valor. Por isso são alvos constantes de violências capacitistas", explicou Feminella.

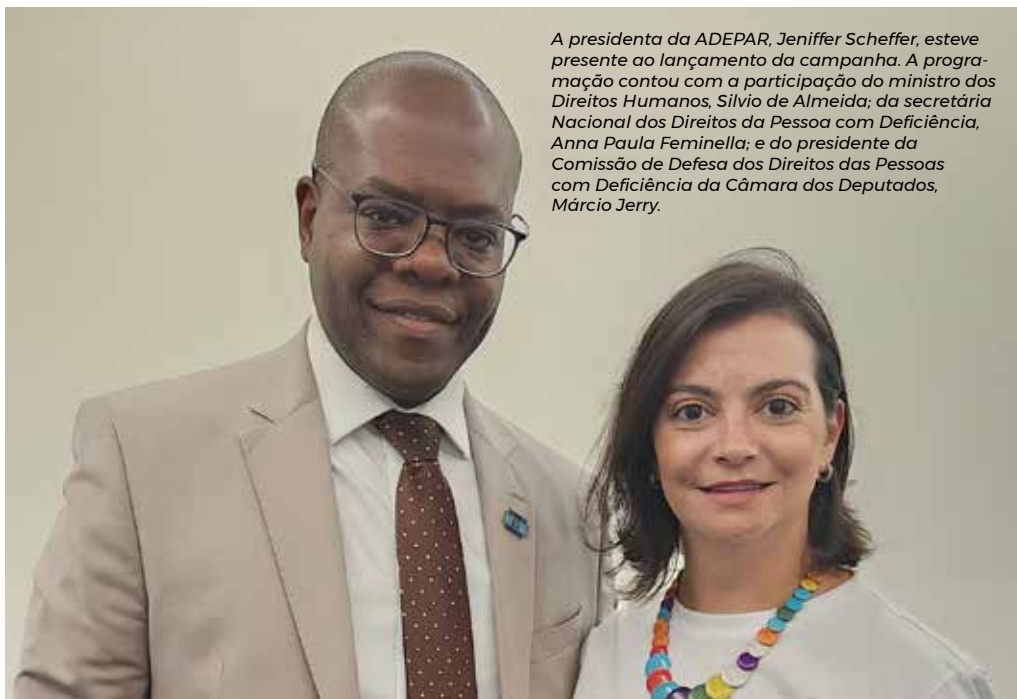
Rivana Ricarte, presidenta da ANADEP, pontuou que a campanha coloca a categoria em marcha na perspectiva anticapacitista. "É direito fundamental

ter direitos efetivos. É metagarantia. É insurgir-se contra manutenção meramente simbólica dos direitos. É verdadeiro direito das pessoas em situações de vulnerabilidades. Todos juntos podemos fazer uma instituição mais forte e capaz de promover em uma perspectiva verdadeiramente anticapacitista a defesa dos direitos das pessoas com deficiência", defendeu em sua fala.

Dono de um perfil nas redes sociais com quase 500 mil seguidores, Ivan Baron foi um dos representantes do povo brasileiro na cerimônia de posse da Presidência da República.

Ele ficou conhecido nacionalmente por falar de forma aberta sobre os direitos das pessoas com deficiência e capacitismo nas redes sociais. Na palestra, ele mencionou o problema de relacionar as questões do grupo com diagnósticos médicos limitantes e trouxe relatos de como o preconceito foi sentido em sua infância. "Não adianta falar em anticapacitismo se não temos a inclusão. Inclusão não se faz sem incômodo", defendeu.

A Campanha tem também apoio das Associações Estaduais e do DF, das Defensorias Públicas Estaduais e do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege). ■



A presidenta da ADEPAR, Jeniffer Scheffer, esteve presente ao lançamento da campanha. A programação contou com a participação do ministro dos Direitos Humanos, Sílvio de Almeida; da secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella; e do presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, Márcio Jerry.

Discurso de posse da defensora pública Marisa Fonseca Barbosa Representante das Pessoas com Deficiência - IV Concurso

Boa tarde! Inicialmente, cumprimento os colegas, amigos e familiares, e todos aqueles que tornaram a presente cerimônia possível. Sou Marisa, tenho deficiência auditiva e faço uso de aparelhos auditivos. Como única integrante da lista de pessoas com deficiência, trago, aqui, algumas considerações sobre ser pessoa com deficiência na sociedade brasileira, em especial, o capacitismo, vivenciado por todas as pessoas com deficiência de forma rotineira, e muitas vezes dissimulada, e até mesmo internalizadas.

O capacitismo vem da compreensão da pessoa com deficiência como imperfeita, falha, em comparação com as pessoas ditas normais, estigmatizando como pessoas de capacidade reduzida, menos apta para realizar atos comuns da vida, para trabalhar, estudar e aprender, se expressar, gerir e protagonizar a própria vida.

A princípio, aqueles que não atendem ao padrão da normalidade passam a ter suas aptidões questionadas. Trago aqui um relato pessoal ilustrativo: certa vez, ao me submeter à uma perícia psicossocial aplicada aos candidatos com deficiência de um concurso público, os profissionais me questionaram sobre minhas aptidões para a prática de atos comuns, sem qualquer relação com o cargo visado, como: se eu dirigia, se sabia cozinhar, se namorava e se o namorado tinha deficiência, se meus amigos eram pessoas com deficiência... justificaram que era uma perícia para fins de pesquisa, pois seria comum pessoas com deficiência não estarem integradas à comunidade - comunidade, frise-se, "normal". Como se fosse comum que pessoas com deficiência, à margem da sociedade, que impõe barreiras excludentes, se candidatassem para concursos de cargos de autoridades jurídicas.

Na mesma oportunidade, na perícia médica, a autoridade jurídica que acompanhava o ato, mostrou perplexidade ao saber que sou surda, duvidando da minha condição, exclamando "mas você fala!", e, posteriormente, me indagando, em tom crítico, sobre a minha aptidão para exercer as funções do cargo; "mas você vai conseguir fazer audiência, né? Você sabe que em audiência você precisa estar atenta para ouvir tudo!". Ali, tive que me defender, destacando que, se fosse necessário, existem tecnologias assistivas para permitir a adequada atuação em audiência. O capacitismo também se mostra de forma dissimulada, em atos e comportamentos que inferiorizam a pessoa com deficiência, utilizando suas limitações para fins de ofensa ou crítica como:

"tô te chamando há horas, tá surdo?" Ou, ainda sob forma de elogio, em que cito, como exemplo, frase que ouvi inúmeras vezes: "nem parece que é deficiente!", "não fale assim, você não é surda!", como forma de amenizar minha condição de pessoa com deficiência - condição necessariamente ruim - e parabenizar minha adaptação à sociedade "comum".

O irônico é que a adaptação, integração à comunidade, que enseja congratulação por ser "exemplo de superação", decorre, muitas vezes, de superação de barreiras impostas pelas próprias estruturas sociais que ignoram as necessidades desse grupo vulnerável, em que pessoas com deficiência, seja com apoio familiar, de tecnologias assistivas buscadas por conta própria, ou do desenvolvimento de outras habilidades, tiveram êxito em amenizar barreiras impostas pela própria sociedade que passa a parabenizá-lo. E, após isso, há grandes chances de ter sua condição de pessoa com deficiência minimizada, por "não ser tão deficiente assim", em especial, quando busca medidas necessárias ao exercício de seus direitos.

Vivenciei, recentemente, situação esdrúxula, que elucida bem o exposto. Na perícia do DETRAN para fins de renovação da CNH, após alguns minutos de atendimento, a médica me perguntou se eu tinha deficiência auditiva. Respondi que sim, e que a informação constava, inclusive, no verso da CNH, momento em que a médica respondeu: "ah sim, faz sentido! Você realmente tem voz de deficiente". Ao final do atendimento, pedi informações sobre os trâmites necessários para usufruir de direito reconhecido às pessoas com deficiência auditiva na aquisição de carro, em que a médica reagiu afirmando "não concordo com isso! Não faz sentido! Olha você, é só colocar os aparelhos e pronto, resolveu!". Pelo visto, só não resolveu minha voz de deficiente.

Uma faceta cruel do capacitismo consiste na visão da pessoa com deficiência como "coitado", atraindo uma simpatia muitas vezes infantilizada, digno de uma proteção paternal ou maternal, em que, mesmo aqueles que buscam a defesa e proteção das pessoas com deficiência, o fazem substituindo a vontade dos reais titulares do interesse, como se estes fossem incapazes de defender os seus próprios direitos. É preciso avançar para a aplicação prática da convenção internacional e do estatuto da inclusão, para a releitura das deficiências como característica pessoal, cumuladas com fatores sociais e ambientais, buscando a adequação das estruturas



O capacitismo vem da compreensão da pessoa com deficiência como imperfeita, falha, em comparação com as pessoas ditas normais, estigmatizando como pessoas de capacidade reduzida, menos apta para realizar atos comuns da vida, para trabalhar, estudar e aprender, se expressar, gerir e protagonizar a própria vida.

MARISA FONSECA BARBOSA
Defensora Pública do Paraná

sociais às necessidades individuais de cada um, para que estes possam participar ativamente da sociedade. Vale dizer, os direitos de adaptação são instrumento para a participação democrática das pessoas com deficiência, para que estas possam, por si próprias, se expressar, e ter sua voz considerada na condução de seus interesses e na condução dos interesses da sociedade. Em suma: os direitos conferidos a pessoa com deficiência não são favores, não são comodismo: são instrumentos de emancipação.

A defesa dos direitos da pessoa com deficiência é uma das funções institucionais da defensoria pública, instituição que busca dar voz àqueles à margem da sociedade, conferindo-lhe o protagonismo em suas demandas, sendo também um instrumento para a emancipação da pessoa com deficiência. Ciente do papel da defensoria pública, espero, assim como os demais empossados, contribuir para a emancipação da pessoa com deficiência, assegurando a realização de suas aptidões e a sua participação na sociedade, dando efetividade à convenção internacional e ao estatuto da pessoa com deficiência. ■

ADEPAR nas sedes do interior

Em 2022, a ADEPAR fez diversas visitas às sedes do interior. A Presidenta Jeniffer Scheffer e o Diretor de Assuntos do Interior Leonardo Aguiar visitaram as sedes de Maringá, Apucarana, Londrina, Cornélio Procopio, Ponta Grossa, Guarapuava, Guaratuba, Pato Branco, Francisco Beltrão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Umuarama e Castro. Esta aproximação permite que as demandas específicas do interior possam ser levadas à administração da Defensoria Pública de forma concreta e efetiva.





ADEPAR no legislativo



Deputada federal Carol Dartora.

E a gestão da ADEPAR visita muitos gabinetes parlamentares em busca de consolidar as conquistas da classe e garantir maior avanço, seja no reconhecimento legislativo ou nas questões orçamentárias.



Deputado estadual Goura.



Deputado federal Toninho Wandscheer.



Deputado federal Luciano Duci.



Deputado federal Tadeu Veneri.



Deputado federal Beto Richa.

Campanha Permanente Contra a Violência Institucional de Gênero

A defensora pública Camille Vieira da Costa escreve sobre a criação da Campanha Permanente Contra a Violência Institucional de Gênero

Defensores e Defensoras ingressam na carreira pela mesma via, o concurso público, mas porque as mulheres, que são maioria na instituição, ocupam em menor percentual espaços de destaque, decisão e poder? Esta é uma das perguntas que nortearam a criação Campanha Permanente Contra a Violência Institucional de Gênero, como meio de manter um espaço de conscientização, acolhimento e denúncia de práticas de violência política e institucional de gênero nas Defensoria Públicas do Brasil.

O Art. 134 da Constituição Federal de 1988 atribuiu à Defensoria Pública, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a expressão e instrumento do regime democrático e a promoção dos direitos humanos, dentre outros, sendo, também em razão de tais fundamentos, imperativo que se estabeleça no âmbito interno medidas de efetivo cumprimento de regras essenciais à democracia, como é o caso da paridade/proporcionalidade de representatividade nas suas esferas internas de poder para mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

As mulheres constituem aproximadamente 51% da sociedade brasileira e 52% do eleitorado e na Defensoria Pública, o percentual se mantém, pois estas representam 51% de membras, conforme última Pesquisa Nacional da Defensoria Pública, de 2022. No entanto, embora as mulheres sejam maioria no Órgão, de acordo com dados extraídos dos sites do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais - Condege e das Defensorias estaduais, atualmente, apenas em 8 (oito) estados as Defensorias são chefiadas por mulheres, o que representa 29% de representatividade feminina.

Somente 18% das Corregedorias Gerais são ocupadas por mulheres e nos Conselhos Superiores, os homens são maioria em 74% dos colegiados.

Quanto a pessoas negras, os dados da Pesquisa Nacional da Defensoria Pública de 2022 informam que apenas 19,3% dos defensores e defensoras se autodeclararam pardos, e apenas 3% se autodeclararam pretos. No que concerne a pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência na gestão superior da Instituição, não há dados públicos sobre sua representatividade.

A adoção de políticas públicas afirmativas já ocorre

no Brasil há trinta anos e visa à promoção da igualdade material como meio de concretização do Estado Democrático de Direito, sendo a política de quotas o instrumento adequado para a correção de distorções históricas que dificultam e inviabilizam o acesso de mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência aos cargos políticos, de direção e de decisão nos espaços públicos e privados.

As desigualdades de gênero são estruturais e estão presentes em toda a sociedade e a prática que será descrita busca ferramentas que possam auxiliar na transformação desta realidade dentro das Defensorias Públicas.

É neste contexto que se deu a criação de um espaço permanente de conscientização, acolhimento e denúncia de práticas que possam configurar violência institucional e política de gênero dentro das Defensorias Públicas do Brasil contra defensoras públicas, que não se restrinja a um momento específico e que cumpra o papel de conscientizar, acolher e denunciar.

A Campanha Permanente contra a Violência Política e Institucional de Gênero nas Defensorias Públicas teve início no ano de 2021 - e atualmente é desenvolvida por um grupo de 11 (onze) defensoras públicas, dentre elas 10 (dez) defensoras públicas estaduais com atuação nos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Paraná, Rondônia e São Paulo e uma defensora pública federal, a partir do compartilhamento de relatos de violências de gênero ocorridos no âmbito das Defensorias Públicas Estaduais.

A reunião de tais relatos se deu no espaço Coletiva Defensoras Públicas do Brasil, grupo que congrega defensoras públicas de todo o Brasil com o compromisso de busca pela igualdade de gênero e apoio às pautas progressistas para a transformação da Defensoria Pública.

Nesta conjuntura, o presente grupo de defensoras públicas identificou um padrão nos episódios e decidiu procurar especialistas para auxiliar na compreensão desta prática e propor a realização de levantamento técnico sobre essa condição estrutural das Defensorias.

Naquele momento, em março de 2021, o grupo

chegou ao Instituto Alziras, uma ONG brasileira cuja missão é ampliar e fortalecer a presença de mulheres, em toda sua diversidade, na política e na gestão pública, ocasião em que foi encomendado o Parecer Técnico Violência Política e Institucional contra Defensoras Públicas no Brasil, de lavra das pesquisadoras Ladyane Souza e Roberta Eugênio.

O parecer técnico elaborado por especialistas em violência institucional de gênero trouxe informações sobre: o ingresso de mulheres nas carreiras públicas; o histórico do conceito de violência contra a mulher no Brasil incluindo a violência política e institucional de gênero; a tipologia da violência política e institucional de gênero contra as mulheres; o disciplinamento legal sobre o tema; narrativas de Defensoras Públicas vítimas de violência institucional de gênero e a sua análise; e conclusões e recomendações sobre a temática e a Defensoria Pública. Este parecer técnico foi encaminhado para todas as Defensorias Públicas.

O parecer aponta que todas as mulheres que sofreram violência política de gênero, ou se candidataram ou ocupavam cargos de poder e decisão, o que alinha os episódios ao conceito da violência política de gênero, evidenciando a dificuldade da estrutura patriarcal em, não apenas tolerar mulheres em lugares de poder e decisão, mas respeitá-las e trabalhar em conjunto, em benefício de uma gestão sólida e produtiva para membras, membros, servidoras, servidores, estagiárias, estagiários e para o povo brasileiro que precisa e depende muito da prestação do serviço fundamental das Defensorias para o exercício da cidadania no país.

A realização do estudo teve repercussão na mídia e foi publicado no portal do jornal Brasil de Fato, onde é possível acessar o documento.



Trata-se, portanto, de uma campanha permanente contra a violência política e institucional de gênero dentro das defensorias em todo o país.

Camille Vieira da Costa
Defensora Pública do Paraná

A Campanha também foi divulgada em importantes portais que trabalham o direito das mulheres. A Campanha tem como finalidade o desenvolvimento e acompanhamento de protocolos baseados nas diretrizes das normativas internacionais, como os seguintes:

- 1. Identificar como violência política e institucional de gênero o fenômeno enfrentado por diversas Defensoras em seu ambiente de trabalho;**
- 2. Propor a criação de espaços próprios e independentes de recebimento e encaminhamento de denúncias de violência política de gênero no âmbito das defensorias;**
- 3. Traçar estratégias de enfrentamento e criar canais para debate e diálogo construtivo sobre o tema;**
- 4. Conscientizar os (as) integrantes das Defensorias no Brasil sobre a prática de violência política e institucional de gênero;**
- 5. Criar protocolos e regulamentos de prevenção e combate à violência política e institucional de gênero nas Defensorias;**
- 6. Criar um observatório de violência política e institucional de gênero nas Defensorias.**

Trata-se, portanto, de uma campanha permanente contra a violência política e institucional de gênero na qual se enfrenta a questão através de instrumentos diversos.

A campanha tem um enfoque preventivo, baseado na educação em direitos. Neste sentido, são elaboradas publicações nas redes sociais sobre a temática da violência institucional e gênero e temas correlatos com o objetivo de conscientizar o público interno das Defensorias Públicas e a população em geral. Ademais, há um canal onde é possível fazer relatos de violência institucional de gênero através do preenchimento de formulários anônimos, como forma de acolhimento das vítimas.

Uma Defensoria Pública que caminha lado a lado com os valores democráticos precisa reafirmar constantemente o seu compromisso com a construção da equidade de gênero no ambiente interno, se empenha para não reproduzir desigualdades e está sempre alerta em relação ao desafio de construir uma sociedade mais justa para mulheres e homens.

O link para acessar o parecer e o formulário para relatar casos de violência institucional de gênero estão disponíveis em <https://bit.ly/violenciadegenerodpe>. ■

Curso de Defensores Populares chega a sua quinta edição

Desde 2018, curso forma pessoas capacitadas para reconhecer ofensas aos direitos humanos em suas comunidades



Foto: ASCOM DPE-PR

Em 2022, 18 novos Defensores Populares receberam formação no projeto. Turma recebeu o nome "Luana Barbosa", mulher negra e lésbica que faleceu após uma abordagem violenta da Polícia Militar em Ribeirão Preto (SP).

Está entrando em sua quinta edição o Curso de Formação Inicial e Continuada de Defensoras e Defensores Populares. O curso é promovido pela Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) e o campus do Instituto Federal do Paraná (IFPR) em Paranaguá.

Desde 2018, um termo de cooperação firmado entre a DPE-PR, por meio do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH), IFPR e Defensoria Pública da União desenvolve cursos de Formação Inicial e Continuada em Direitos Humanos. O objetivo do curso é formar pessoas capacitadas para reconhecer ofensas aos direitos humanos em suas comunidades e replicar conhecimentos e orientações às cidadãs e cidadãos sobre seus direitos.

Os(as) estudantes participam de encontros onde são debatidos temas como direitos humanos, classes sociais, injustiça e desigualdade social no Brasil, organização do Estado e Sistema de Justiça, divisão sexual do trabalho, diversidade sexual e gênero, direito das mulheres e violência doméstica e de gênero, racismo e direitos da criança e adolescente. "Uma das funções da DPE-PR é promover a difusão

e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, e este curso se mostrou uma excelente ferramenta para realizarmos tal função", avalia o defensor público e coordenador auxiliar do NUCIDH, Daniel Alves Pereira.

"É importante lembrar que muitas vezes o senso comum conflita com os direitos humanos, e precisamos todo o tempo combater estereótipos e arquétipos formados na nossa sociedade que atuam contra os avanços civilizatórios duramente conquistados".

A defensora pública coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM), Mariana Martins Nunes, destaca a importância da educação popular e da formação em direitos humanos de pessoas vulnerabilizadas promovida pelo curso: "Nosso objetivo não é apenas promover a educação em direitos em nível individual, mas também contribuir para a formação de lideranças comunitárias e defensores de direitos humanos e, assim, dar capilaridade à atuação da Defensoria Pública na promoção e proteção dos direitos fundamentais".

Quem coordena a ação pelo IFPR é o professor Roberto Martins de Souza, que também destaca a importância da educação popular, especialmente para mulheres.

“Mais de 200 defensores e defensoras populares já se qualificaram nos últimos anos na atuação voltada à defesa dos direitos humanos, em especial, na proteção das mulheres em situação de violência doméstica. A formação prepara os estudantes para identificar os tipos de violência, realizar a acolhida e a escuta, bem como as orientações e encaminhamentos básicos. Muitos estudantes passam a se

tornar referência na defesa de direitos fundamentais em suas ruas e bairros”.

Ele explica que pode participar qualquer pessoa com 17 anos ou mais. Porém, a seleção prioriza pessoas que apresentem maior vulnerabilidade social e que cursem a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A edição de 2023 do Curso Profissional de Defensores e Defensoras Populares conta com o apoio da ADEPAR, do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) e da Ouvidoria Geral-Externa da DPE-PR. ■

“

+ de 200
defensores e defensoras populares já se qualificaram nos últimos anos à atuação voltada à defesa dos direitos humanos através do curso.

A formação prepara os estudantes para identificar os tipos de violência, realizar a acolhida e a escuta, bem como as orientações e encaminhamentos básicos.

Reportagem com informações da ASCOM DPE-PR.

Roberto Martins de Souza
Coordenador do Curso pelo IFPR



Foto: ASCOM DPE-PR

Os(as) estudantes participam de encontros onde são debatidos temas como direitos humanos, classes sociais, injustiça e desigualdade social no Brasil, organização do Estado e Sistema de Justiça e divisão sexual do trabalho.

ADEPAR Social

Para recepcionar os novos Defensoras e Defensores Públicos do Paraná que ingressaram em janeiro, a ADEPAR promoveu uma grande festa. A comemoração aconteceu na Casa Lia Eventos, em Curitiba, e marcou a entrada dos novos 40 colegas. Desejamos todo o sucesso do mundo nessa caminhada. Contem sempre com a ADEPAR!

Fotos: Carlos Costa





ADEPAR social

E, com muita alegria e confraternização, a FESTA DO DIA DO DEFENSOR(A) foi realizada em 21 de maio de 2022. Foi a PRIMEIRA GRANDE FESTA pós-pandemia, reunindo uma grande quantidade de defensoras e defensores públicos paranaenses para um encontro com muita música, comida e diversão. Relembre como foi nosso encontro no Recanto Céu Azul!



PR tem duas representantes na diretoria da ANADEP

A presidenta da ADEPAR, Jeniffer Scheffer, e a defensora pública Ana Carolina Teixeira foram empossadas em fevereiro



Ana Carolina Teixeira, Rivana Ricarte e Jeniffer Scheffer durante a posse da ANADEP.

A presidenta da ADEPAR, Jeniffer Scheffer, e a defensora pública Ana Carolina Teixeira foram empossadas na diretoria Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) durante cerimônia, em fevereiro, em Brasília. Scheffer é a nova Diretora Jurídica da entidade e Teixeira faz parte do Conselho Consultivo. Durante o ato também foram empossados os(as) novos(as) integrantes dos conselhos diretor, consultivo e fiscal da entidade para o biênio 2023-2025.

A defensora pública do Acre, Rivana Ricarte, foi reconduzida à presidência da ANADEP. Ao lado dela, na vice-presidência institucional, está a atual presidenta da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ADPERJ), Juliana Lintz. O defensor público da Bahia Igor Santos é o vice-presidente jurídico-legislativo; e a vice-presidência administrativa tem à frente o defensor público de Tocantins e presidente da ADPETO, Guilherme Vilela.

Compuseram a mesa de abertura o secretário de acesso à justiça, Marivaldo Pereira, representando o ministro de Estado da justiça e segurança pública, Flávio Dino; a deputada federal Antônia Lúcia

(Republicanos-AC); o deputado federal Stélio Dener (Republicanos-RR); o presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), Florisvaldo Fiorentino Júnior; a ex-vice-presidenta institucional da ANADEP, Rita Lima; e a defensora pública Juliana Lintz, que tomou posse no cargo de vice-presidenta institucional da ANADEP para o próximo biênio.

Mais de 200 autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes da sociedade civil e imprensa compareceram na solenidade. Houve a participação dos(as) defensores(as) públicos(as) gerais, dos(as) corregedores(as), ouvidores(as) e servidores(as) das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal, além de representantes das entidades típicas de estado. O governador do Acre Gladson Cameli (PP) e a vice-governadora do Acre, Mailza Assis, enviaram mensagens à presidenta por vídeo.

Rivana Ricarte foi eleita em dezembro, liderando a chapa única "Confiança e trabalho coletivo para avançar". A defensora pública está na carreira desde 2002 e é primeira representante da região Norte no cargo. ■

Campanha recolhe relatos de violência de gênero sofrida por defensoras

Na última semana, durante o XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP), a “Campanha Permanente contra a Violência Política e Institucional de Gênero nas Defensorias Públicas” foi apresentada aos participantes. A campanha aborda a violência de gênero dentro das defensorias e o machismo institucional que as profissionais enfrentam. A presidenta da ADEPAR, Jeniffer Scheffer, entrevistou a defensora pública do Paraná, Thaísa Oliveira, que faz parte do grupo que encabeça o projeto.

Conta pra gente de onde surgiu a ideia de fazer este movimento, com este grupo de profissionais, para trazer luz a esta questão dentro das defensorias.

Essa prática surge depois de um acontecimento na defensoria pública do Paraná com uma candidata ao cargo de defensora pública geral. A partir daí, começamos a nos mobilizar em vários estados, por intermédio também da coletiva das defensoras públicas do Brasil. Começamos a pegar relato de mulheres que estão ocupando cargos de poder na instituição, ou defensoras públicas gerais, ou presidentas de associações, ou outras mulheres que já passaram por estes espaços, e a gente se acolhe e começa a colher experiências, de como estas mulheres passaram por estes espaços e de como elas saíram deles, o que é muito importante, porque invariavelmente elas saem com relatos de violência política institucional de gênero.

E depois que lançaram este instrumento de coleta de depoimentos, você consegue mensurar quantas defensoras públicas até hoje já procuraram vocês, ou uma ideia pra gente saber de quanto disso tem aparecido na nossa instituição.

A gente tem um contato muito próximo com as mulheres diplomatas e elas que nos deram essa luz de fazer um formulário, coletar dados internamente, e, no caso delas, elas receberam em menos de 48 horas mais de 100 relatos. Foi uma coisa super bombástica. Então a gente está esperando mais ou menos esse tipo de repercussão na carreira, porque a nossa carreira é maior que a carreira das diplomatas. Depois de recolherem os relatos, foram pensar em alternativas e métodos para tentar combater e, antes disso, prevenir também a violência de gênero na instituição. No nosso caso, o formulário foi distribuído logo depois da prática, então ainda não temos um número exato.

A apresentação da prática durante o CONADEP também falou sobre um estudo, um levantamento que foi feito por vocês, com uma empresa contra-



Falar é um primeiro passo muito importante, que representa um processo de cura individual.

Thaísa Oliveira
Defensora Pública

tada para levantar como a prática do machismo se dá dentro das defensorias. Fale um pouco sobre isso.

A gente contratou o Instituto Alziras. Quem nos auxiliou foi a advogada Roberta Eugênio. Nossa ideia inicial sempre foi demonstrar que isso é uma questão sistemática, não é pontual, e que existem estudos sobre isso. Porque sempre quando a gente fala sobre violência de gênero a gente cai em achismos, a gente cai em casos pontuais, e a gente quis trazer uma coisa acadêmica, uma pesquisa, pra mostrar que isso tem acontecido em vários lugares, com métodos muito semelhantes e que refletem uma postura, uma conduta nestes espaços de poder com a presença feminina.

Vocês apresentaram a prática e distribuíram o formulário para as defensoras no Congresso. O que vocês esperam que elas façam com isso, que apresentem seus depoimentos? E o que vocês vão fazer com este material depois?

A gente acha que falar é um primeiro passo muito importante, que representa um processo de cura individual mesmo. É o início de um processo de cura dessa mulher, porque quando você consegue verbalizar, você já está conseguindo se auto curar daquilo que aconteceu. E a ideia – porque a gente não tem nem condição de dar apoio individual, seja psicológico, seja jurídico – é coletar dados e, com estes números, pensando no futuro, criar um observatório de violência de gênero nas instituições, e pensar em conjunto, mecanismos pra gente enfrentar essa violência dentro da nossa instituição. ■

“

**Defender o acesso
à justiça
é o que nos move!**

”



ADEPAR

ASSOCIAÇÃO DAS DEFENSORAS PÚBLICAS E DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA: EM AÇÃO PELA INCLUSÃO.

Defensoras e Defensores
Públicos na luta pelos
direitos das pessoas
com deficiência.



Braille



Lutar por uma sociedade inclusiva
e anticapacitista é objetivo de
defensoras e defensores públicos.
O trabalho busca garantir às pessoas
com deficiência uma vida independente
e autônoma, com efetivação sem
barreiras do acesso a educação, saúde,
moradia, trabalho, transporte, cultura,
esporte e lazer, como garantido na Lei
Brasileira de Inclusão.



#EmDefesa da Inclusão



ANADEP.official



anadepbrasil



ANADEP_Brasil



Realização:



ANADEP
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicos

Apoio:

CONDEGE
Conselho Nacional dos Defensores e Defensoras Públicos Gerais